

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 916.684 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE
VEICULOS AUTOMOTORES LTDA.
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS AMORIM ROBORELLA E
OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : OSWALDO AUGUSTO FERNANDES
ADV.(A/S) : PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
AGRAVO. TRABALHISTA. HORAS
EXTRAS. IMPOSSIBILIDADE DE
REEXAME DA LEGISLAÇÃO
INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE
OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA.
AGRAVO AO QUAL SE NEGA
SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal Superior do Trabalho:

“AGRAVO REGIMENTAL DA EMPRESA CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO DE EMBARGOS PROFERIDA POR PRESIDENTE DE TURMA DO TST. TEMPO DE DESLOCAMENTO ENTRE A PORTARIA E O LOCAL DE TRABALHO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL CONFIGURADA. A Turma julgou procedente pedido de pagamento de trinta minutos diários como extras, a partir de dados informados na petição inicial e na sentença de primeiro grau, sem que houvesse menção no acórdão regional ao tempo despendido pelo empregado no deslocamento entre a portaria da empresa e o setor de trabalho.

ARE 916684 / DF

Demonstrada divergência jurisprudencial, o recurso de embargos merece admissibilidade. Agravo regimental da empresa provido.

RECURSO DE EMBARGOS DA EMPRESA RECLAMADA REGIDO PELA LEI 11.496/2007. PERÍODO DE DESLOCAMENTO ENTRE A PORTARIA E O LOCAL DE TRABALHO. PREQUESTIONAMENTO PELO TRT DO TEMPO GASTO. DESNECESSIDADE. APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. A Súmula 429 desta Corte recomenda seja considerado à disposição do empregador o tempo necessário ao deslocamento do empregado entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de dez minutos diários, na forma do art. 4º da CLT. O fato de o Tribunal Regional não ter registrado qual o tempo demandado pelo reclamante no percurso entre a portaria da empresa e o seu local de trabalho não constitui óbice à aplicação da Súmula 429 do TST, pois os minutos diários gastos no trajeto em questão podem ser apurados em liquidação de sentença. Há precedentes. Recurso de embargos da empresa parcialmente provido.

RECURSO DE EMBARGOS DO RECLAMANTE REGIDO PELA LEI 11.496/2007. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM A JORNADA DE TRABALHO. Esta Subseção, no julgamento do processo E-ED-RR-107700-77.2002.5.03.0027, firmou entendimento de que é irrelevante a natureza das atividades prestadas pelo empregado nos minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho, sendo aplicável indistintamente o entendimento contido no referido verbete sumular. Assim, a Turma, ao concluir que o fato de o autor não exercer atividade relacionada ao emprego, tampouco estar aguardando ou cumprindo ordens do empregador, lhe retira o direito às horas extras, por não serem considerados os minutos residuais tempo à disposição do empregador, decidiu em desconformidade com o que recomenda a Súmula 366 do TST, consoante precedentes desta Subseção. Em caso como dos autos, no qual se requer as horas extras decorrentes dos minutos que antecederam à jornada contratual, e constatado que houve extrapolação do tempo razoável de cinco minutos, a empresa deve ser condenada a pagar o tempo que exceder a jornada normal. O limite diário de dez minutos recomendado na Súmula 366 do TST representa a soma do tempo tolerado nos

ARE 916684 / DF

*momentos de registro de ponto, no início e no término da jornada.
Recurso de embargos do reclamante conhecido e provido”.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

2. O recurso extraordinário foi inadmitido ao fundamento de inexistência de afronta direta à Constituição da República.

3. A Agravante sustenta que *“a discussão instaurada no recurso denegado não está adstrita à violação ou interpretação de legislação infraconstitucional (art. 4º da CLT). Está em debate a inconstitucionalidade das Súmulas nº 429 e 366 aplicadas pela C. SDI do TST para condenar a agravante, eis que traduz verdadeira alteração legislativa, em violação literal aos artigos 44, 48, 49, XI, 96 e seguintes e artigo 103, § 1º, todos da Constituição Federal”.*

No recurso extraordinário, afirma-se ter o Tribunal de origem contrariado os arts. 5º, inc. II, 44, 48, 49, inc. IX, 96 e 103, § 1º, da Constituição da República.

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisam-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste à Agravante.

6. Como corretamente decidido na decisão agravada, a apreciação do pleito recursal demandaria reexame de legislação infraconstitucional,

ARE 916684 / DF

procedimento inviável de ser validamente adotado nesta via recursal:

“EMENTA: AGRADO REGIMENTAL. RECURSO TRABALHISTA. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. HORAS EXTRAS E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SÚMULA 279. O exame dos pressupostos de admissibilidade de recurso trabalhista encontra-se no âmbito infraconstitucional. Por essa razão, incabível o recurso extraordinário, visto que não há ofensa direta à Constituição federal. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o acórdão recorrido, seria necessário reexaminar os fatos da causa, o que é vedado na esfera do recurso extraordinário, de acordo com a Súmula 279/STF. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI n. 524.639-AgR/ES, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ 28.4.2006).

“Agravo regimental no agravo de instrumento. Trabalhista. Horas extras. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Reexame de cláusulas de acordo coletivo de trabalho. Impossibilidade. Precedentes. 1. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional e o reexame das cláusulas de acordo coletivo de trabalho. Incidência das Súmulas nº 636 e 454/STF. 2. Agravo regimental não provido” (AI n. 801.391-AgR, Relator o Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 27.11.2013).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRADO. TRABALHISTA. HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES. AGRADO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (ARE n. 657.329-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 2.3.2012).

ARE 916684 / DF

Não há, pois, o que prover quanto às alegações da Agravante.

7. Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. a, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora